

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**AMANDA SILVIA PIMENTEL FONSECA
ANA CAROLINA DE SOUZA DA SILVA
DALILA SOUZA DA FONSECA FONTES**

**EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA: UM OLHAR PARA AS PRÁTICAS
CURRICULARES**

VOLTA REDONDA

2018

FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA: UM OLHAR PARA AS PRÁTICAS
CURRICULARES**

Artigo apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física do Centro Universitário de Volta Redonda como requisito à obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Autores:

Amanda Silvia Pimentel Fonseca

Ana Carolina de Souza da Silva

Dalila Souza da Fonseca Fontes

Orientadora:

Prof.^a Ma. Christiane Guimarães
Pançardes da Silva

VOLTA REDONDA

2018

RESUMO

O presente estudo, tem como tema ação transformadora da educação física escolar para pessoas com deficiência. Nessa ótica, analisamos as abordagens necessárias e eficazes para que o processo de inclusão seja produtivo para os alunos e professores. Desta forma, esse estudo buscou identificar as práticas curriculares, da disciplina de Educação Física, para alunos inclusos. Para esse fim, compreendemos a Educação Física na educação inclusiva e suas práticas na relação ensino/aprendizagem para alunos com deficiência. Outra questão que sustou amplamente o nosso debate, foi a discursão da obrigatoriedade da educação inclusiva por força da Lei, quando deveríamos ter a inclusão como um fenômeno natural, ligada primordialmente ao caráter civilizatório no que tange ao desenvolvimento social. Todavia, enquanto sociedade que caminha lentamente em direção a igualdade de direitos de todos os cidadãos, precisou ressaltar positivamente essas iniciativas, quer seja por Lei ou outro meio de caráter impositivo vem promover a inclusão como ferramenta de desenvolvimento e valorização pessoal e comunitário. Assim sendo, sabemos que após séculos de ideias higienistas, todas as ações inclusivas ainda carecem de maior robustez e apoio de todos os setores da sociedade, mas seguindo os passos que foram dados e procurando dar voz e vez para pessoas com deficiências traçamos em nossa pesquisa bibliográfica, a relação sobre conscientização do exercício físico vinculada a saúde e das práticas corporais na contribuição para melhora da qualidade de vida a pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Educação Física; Educação inclusiva; Pessoas com deficiência.

ABSTRACT

The present study has as its theme the transforming action of the school physical education for persons with disabilities. In this optic, we analyze the necessary and effective approaches to the process of inclusion is productive for students and teachers. Thus, this study sought to identify the practices, curriculum of physical education for students included. To this end, we understand the physical education on inclusive education and its practice in teaching/learning relationship to students with disabilities. Another issue that raised the debate, was the discussion of the requirement of inclusive education in accordance with the law, when we should have the inclusion as a natural phenomenon, linked primarily to the civilizing character with regard to the social development. However, as a society who walks slowly towards equal rights for all citizens, we need to emphasize these initiatives positively, whether by law or other means of taxation character, comes as a tool for inclusion development and personal and community recovery. Therefore, we know that after centuries of hygienists ideas, all inclusive actions still require greater strength and support from all sectors of society, but by following the steps that have already been trying to give voice and data and time people with disabilities, we draw on our literature search, on the awareness of physical exercise linked to health and bodily practices contributing to the improvement of quality of life to people with disabilities.

Keywords: Physical education; Inclusive education; Person with disabilities.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	6
3	IMPLICAÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA	12
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
5	REFERÊNCIAS	18

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema a ação transformadora da Educação Física escolar para pessoas com deficiência. Cabe ressaltar que, segundo dados do censo escolar (2010), as escolas estão recebendo cada dia mais alunos com diferentes características, deficiências e transtornos. Por esse motivo, pretendemos analisar as abordagens necessárias e eficazes para que o processo de inclusão seja produtivo para os alunos e também os professores.

Para esse fim, este estudo buscou entender os métodos adequados para interação de pessoas com deficiências nas aulas de Educação Física. Com esse objetivo, foi realizada uma produção de dados no portal de periódicos, dissertações e teses da Capes, nos dias 06 e 07 de março de 2018.

Nessa produção de dados foram utilizadas três palavras chaves, sendo elas: “Educação Física escolar para pessoas com deficiência”; “Inclusão e a Educação Física escolar”; “Ação Transformadora através da Educação Física escolar para pessoas com deficiência”. Durante essa produção de dados, conseguimos conferir quatorze artigos e três teses que nos auxiliaram na construção do nosso trabalho. Com essas pesquisas, constatamos as dificuldades históricas de inclusão e aceitação de pessoas com deficiência na sociedade e também no ambiente escolar, também foi possível perceber que o Estado criou em 2015 a Lei 13.146 como forma de garantir aspectos legais às pessoas com deficiência, oferecendo o direito de usufruir de todos os serviços da sociedade, incluindo a oferta de educação de qualidade a todos, sem distinção e exclusão por motivos de deficiência. Verificamos, também, o dever do docente de Educação Física nesse processo de inclusão de alunos com deficiência nas escolas, sendo responsabilidade do professor oferecer experiências eficazes por intermédio de técnicas e procedimentos no processo de interação e inclusão desses alunos nas escolas e também na sociedade.

Para Cardoso (2003), a inclusão de alunos com deficiência na escola regular, constitui uma perspectiva e um desafio para o século XXI, cada vez mais firme nos diferentes sistemas e níveis educativos. É um grande desafio o cenário encontrado, no qual alguns professores formados não conseguem lidar com alunos que possuem algum tipo de deficiência, já que não têm apoio da escola que muitas vezes não apresenta

projetos pedagógicos para ajudar e nem dispõe de materiais adequados para estimular e trabalhar o desenvolvimento de um aluno com deficiência, onde esses indivíduos acabam isolados por falta de conhecimento e apoio pedagógico.

Desta forma, esse artigo buscou analisar as práticas curriculares, da disciplina de Educação Física, para alunos inclusos. Para esse fim, compreendemos a Educação Física na educação inclusiva e identificamos suas práticas na relação ensino/aprendizagem para alunos com deficiência.

2 ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

As políticas de inclusão foram sinalizadas a partir do governo de José Sarney (1985 a 1990) que implementou a inclusão de pessoas com deficiência no sistema educacional por meio de políticas públicas. Outra forma de efetivar a educação inclusiva nas escolas foi dada pela Constituição Federal em 1988, essa constituição foi um movimento internacional e em aspecto dos direitos de pessoas com comprometimento. É importante salientar que inclusão e exclusão convivem em situações recíprocas, e uma depende da outra para existir, defendemos que estamos incluídos por parte do Estado, mas ocupamos diferentes gradientes de inclusão por experimentarmos relações de confrontos no cotidiano. É preciso melhorar a forma crítica para que isso amplie os direitos humanos, onde sempre terá disputas intensas e complexas de relação de poder.

Segundo o artigo 2 da lei 13.146/2015, é considerada pessoa com deficiência todo aquele que tem um impedimento de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que perdura por um longo prazo e com essa condição tem sua participação na sociedade prejudicada. Assim sendo, existem quatro tipos de deficiência que devem ser compreendidos, o conhecimento técnico dos tipos de deficiência e a abordagem correta é imprescindível para que se possa executar um trabalho correto. A seguir vamos apresentar os conceitos para os diferentes tipos de deficiência.

É considerada pessoa com deficiência intelectual (DI) a pessoa na qual “o cérebro está impedido de atingir um desenvolvimento adequado, dificultando a aprendizagem no indivíduo, privando-o, de ajustamento social” (FONSECA, 1991, p. 44). O deficiente intelectual tem em sua mente fenômenos complexos que modificam

sua conduta, por causas neurológicas, nas quais tem sua inteligência comprometida, podendo ter atitudes inadequadas e insuficientes. Ele pode apresentar mais dificuldades de seguir normas e regras, como problemas de atenção e de auto regulação de condutas. Por sua vez, a deficiência física é aquela que apresenta alguma alteração muscular, ortopédica, articular ou neurológica, inata ou adquirida após o nascimento que afeta a motricidade do indivíduo. A deficiência auditiva, segundo Sales et al. (2010), é aquela cuja percepção de sons não é funcional na vida comum. E por fim, a pessoa com a deficiência visual compreende pessoas cegas e com baixa visão.

Com esse olhar, a Declaração de Salamanca (1994) que foi realizada durante a Conferência Mundial de Educação Especial, apresentou um envolvimento das nações para que a educação das pessoas com deficiência fosse aplicada no sistema de ensino regular. Esses propósitos foram reafirmados na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, Lei nº 9.394/96), mesmo que a expressão “preferencialmente” e a denominação “portadores de deficiência” possam ser passíveis de críticas, podemos considerar que houve investimentos assumidos com a Declaração de Salamanca. A inclusão como um dever do Estado, mas do que significativa de algo que impõe a todos, precisa contar com as normativas para fazer valer e legislar sobre as práticas, como devemos aceitar essa interpelação do Estado.

Assim, ao falarmos de educação inclusiva, logo pensamos em pessoas com deficiência. A inclusão engloba toda pessoa que sofre algum tipo de exclusão da sociedade, as ditas minorias como: negros, índios, pessoas com deficiência, entre outros. O movimento de inclusão traz à necessidade de mudanças socioculturais no ambiente de superação, tendo os atitudinais as questões de pessoas e procedimentais as estratégias e ações, e a arquitetônica que se configura pelas barreiras físicas.

De acordo com Mendes (2010), o marco histórico da Educação Especial no Brasil, data de 1854, com a criação do Instituto dos Meninos Cegos, localizado no Rio de Janeiro. Em 1857, foi criado o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). A criação deste instituto é pautada na experiência europeia e resultado dos movimentos de pesquisa que ocorria em âmbito internacional. Em 1948, foi publicada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que enfatizava a educação como direito fundamental a todas as pessoas. No final da década de 1950 e no começo da década de 1960, o

ministro da educação lançou campanhas nacionais para educação das pessoas com deficiência.

Cabe ressaltar que, a Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96 garante a inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular e em todas as atividades de seu contexto. Indo ao encontro da LDB, Mantoon (2005, p. 08), sinaliza que “a escola inclusiva possibilita que os professores e alunos aprendam a respeito das diferenças, e esse é o primeiro passo para construir umas sociedades mais justas”.

A inclusão de pessoas com deficiência gerou uma mobilização política, social e pedagógica nas diversas áreas de convivência da sociedade, ratificando que, a existência do ser humano precisa ser efetivada em um ambiente social, onde possa interagir com outras pessoas, aprendendo a solucionar problemas e diferenças o que resulta em um pleno desenvolvimento. Sabendo da importância de se ter um bom desenvolvimento criou-se a Lei nº 13.146/2015, como forma de conscientizar e garantir a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade,

Artigo 1º - É instituído a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Em Parágrafo Único, esta lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do § 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008.

Dos vários direitos citados através de artigos e incisos da lei 13.146/2015, cabe registrar alguns destaques como: garante aos deficientes atendimento prioritário em qualquer instituição pública, acesso à informação, disponibilização de recursos que garantem atendimento eficaz e prioritário e adoção de medidas para compensar as limitações funcionais das pessoas com deficiência visando seu desenvolvimento. O capítulo IV da lei aborda o direito à educação. Exemplificado no artigo 27, diz que a educação é um direito social assegurado em todos os níveis de escolaridade, organizado para assegurar o desenvolvimento de habilidades físicas, motoras, sensoriais,

intelectuais e sociais. Assegurando, assim, o acesso, permanência, participação e aprendizagem.

Como todos os outros, esses artigos mencionam deveres e direitos das pessoas com deficiência como forma de eliminar as barreiras e preconceitos sofridos por eles, a fim de incluí-los na sociedade.

Nesse viés, a lei promove o direito das pessoas com deficiência de frequentar a escola regular. Tal fato é uma conquista importante e básica para a desconstrução de preconceitos e para a interação da sociedade, tornando-a mais homogênea, ou seja, sem separação de pessoas consideradas “diferentes”. Nesse contexto, a escola tem um papel fundamental no processo educacional deste aluno com deficiência, visto que apresenta uma educação igualitária e de qualidade. Cabe ressaltar que, para ser um processo efetivo, a escola, funcionários, pais e comunidade devem entender que a criança com deficiência se diferencia de outras por características mentais, neuromusculares, físicas, aptidões sensoriais, comportamento emocional e social, por isso é necessário criar novos caminhos educacionais para educar esses alunos, requerendo modificações das práticas educacionais para que seja possível fornecer um bom desenvolvimento social, motor e cognitivo.

Inclusão social é o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com deficiência e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade (SASSAKI, 1997, p.03).

Com isso, acreditamos que é necessário conhecer e aplicar as práticas pedagógicas que facilitem o processo de ensino/ aprendizagem do aluno para que ele seja capaz de desenvolver suas potencialidades, adquirir conhecimento e construção de ética e moral podendo, assim, exercer sua cidadania. Desta forma, a escola exerce um papel fundamental fornecendo informação, conhecimento e a construção de saberes proporcionando processos educativos e tratamento de igualdade e equidade.

Nessa dimensão, a escola se redefine como o espaço democrático de pregação de valores, de tolerância e respeito às diferenças, de produção e disseminação de conhecimento e de convivência humana e social, cultural e política, levando em conta a realidade das relações de trabalho (SILVA. 2002, p.45).

Acreditamos que a inclusão é de grande importância para formação de um cidadão socialmente adaptado e consciente, permitindo que ele tenha acesso à educação, conhecendo seu papel social e compreendendo a diversidade individual deles e de outras pessoas, possibilitando que estejam melhor preparados para a vida adulta em uma sociedade diversificada.

Com esse olhar, a Educação Física deve assumir um papel de contribuir para a inclusão nas escolas de maneira que valorize os êxitos e potencialidades do aluno. Desta forma, torna-se essencial que os professores conheçam a deficiência, abordando de forma mais técnica, sendo capaz de programar e implementar novas estratégias, o que tornará sua aula mais dinâmica e apropriada para alunos com deficiências. Assim, o professor de Educação Física torna-se uma peça fundamental para a construção da educação inclusiva, dispondo de infinitos conteúdos, tratamentos especializados, variações na metodologia pedagógica, melhorando a cooperação na ação e interação no ambiente escolar e enfatizando a melhoria da qualidade da educação inclusiva na escola.

É fundamental ressaltar que existem estudos, como Fiorini e Manzini (2014), que apontam uma formação defasada na formação de professores de Educação Física, proporcionando dificuldades na realização e planejamentos de atividades e exercícios eficazes para alunos com algum tipo de deficiência, o que pode resultar em aulas incompletas e ineficazes para esses alunos.

Diante dessas dificuldades é preciso investir em ações que possibilitem o aperfeiçoamento da didática e da prática pedagógica dos professores de Educação Física, cabendo ao docente procurar observar cada aluno, fazendo reuniões com os pais para que eles possam contribuir no desenvolvimento, criando projetos e desenvolvendo ações que priorizem a didática e a prática pedagógica inclusiva.

O processo de ensino e aprendizagem não é constituído apenas de conhecimento e abordagem técnica, sendo necessária uma abordagem social e afetiva, pois se sabe que o professor é um agente de formação que auxilia e ajuda construir um cidadão consciente, auxiliando em sua formação cognitiva, mental, física e pessoal. Para tanto é necessário que o professor tenha consigo mesmo alguns princípios e valores essenciais para uma profissão tão importante. Rappaport e McNary (1979) apud FONSECA (1995) abordam algumas características da personalidade do professor que atua com

peças com deficiência sendo importantes citar como: Autoeducação; Espontaneidade, Sensibilidade; Tolerância Frustracional elevada; Inteligência; Estabilidade emocional; Energia; Responsabilidade; Atitude positiva. Nessa ótica, Freire (1996) aponta que o professor deve ter características como criticidade, ética, reflexão crítica sobre a prática, bom senso, humildade, alegria, esperança, comprometimento, liberdade, diálogo, dentre outras.

Para tentar evitar insucessos nas aulas de Educação Física acreditamos que o professor deve ter domínio de conhecimento técnico, pensando em diferentes formas e estratégias para aprimorar sua prática proporcionando experiências bem-sucedidas aos alunos. Logo, mais do que o conhecimento técnico, o professor necessita ter uma visão positiva dos alunos com deficiência, facilitando o processo da inclusão e possibilitando transformação de atitudes de seus alunos.

Pesquisas atuais indicam que os professores que veem a inclusão de forma positiva têm muito mais sucesso em suas aulas do que professores que desaprovam a inclusão. Nesse diálogo, acreditamos que uma das competências do professor que é essencial e indispensável é a existência de princípios e valores que são fundamentais em toda a existência. Desta forma, o professor deve adotar uma perspectiva que valorize a diversidade e colabore para a inclusão auxiliando na construção de uma sociedade mais inclusiva e menos preconceituosa.

Assim cabe ao docente uma avaliação constante do programa de atividades possibilitando as adequações necessárias, considerando as possibilidades e capacidades dos alunos, sempre em relação aos conteúdos e objetivos da Educação Física. Segundo Bueno e Rosa (1995, p. 09), tais adequações envolvem: adaptação de material e sua organização na aula: tempo disponível, espaço e recursos materiais; adaptação no programa: planejamento, atividades e avaliação; aplicação de uma metodologia adequada à compreensão dos educandos, usando estratégias e recursos que despertem neles o interesse e a motivação, através de exemplos concretos, incentivando a expressão e criatividade; adaptações de objetivos e conteúdos: adequar os objetivos e conteúdos quando forem necessários, em função das necessidades educativas, dar prioridade a conteúdos e objetivos próprios, definindo mínimos e introduzindo novos quando for preciso.

A Lei Brasileira da Inclusão (nº13.146, de julho de 2015) promove e melhora as condições de igualdade, direito e liberdade sobre uma pessoa que possui deficiência, onde a legislação proíbe escolas de recusarem pessoas com deficiências no ato da matrícula. Devido a isso, houve uma facilidade de jovens deficientes em alcançar as universidades de maneira democrática. Sendo assim, precisamos ter profissionais que sejam capacitados para poder receber esses alunos que possuem deficiência, estudando-as para saber como atuar com o aluno, escolas com projetos de adaptação, de desenvolvimento cognitivo e pedagógicos, para que ela seja uma base de estímulo a crescer e querer entrar em uma universidade, enfrentando as questões de (pre)conceito presentes na sociedade.

Sendo assim, enxergamos que a Educação Física adota as diferenças e prepara projetos especiais para estudante que possuem deficiência, mas ainda existem barreiras que impossibilitam a formação de novos profissionais, devido ao contexto social imposto pela sociedade. Com isso, entendemos que durante a formação de um profissional de Educação Física é imprescindível desenvolver um olhar para as necessidades que o indivíduo tem e não para sua deficiência. O profissional quando trabalha a inclusão em suas aulas, desenvolve no seu aluno a auto-estima melhorando o emocional, possibilitando que o aluno entenda sua deficiência, gerando nele a autoconfiança.

3 IMPLICAÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA

Ao longo da história, a Educação Física assumiu diversas abordagens que são necessárias entendermos para compreender a história da exclusão e discriminação de pessoas com deficiência. Analisando o contexto histórico, a Educação Física assumiu uma perspectiva higienista que tinha por objetivo melhorar os hábitos de saúde e higiene dos indivíduos evitando a proliferação de doenças. O militarismo, outra abordagem da Educação Física escolar, tinha por objetivo treinar os indivíduos para defender a pátria e para práticas desportivas, exigindo disciplina e respeito aos superiores, que eram militares. Todas essas abordagens faziam com que cidadãos com deficiência fossem excluídos por apresentarem características consideradas anormais e inapropriadas para o governo e para sociedade. Para Santin (2001 *apud* MEDEIROS & FALKENBACH, 2008, p. 13) a:

Inclusão de alunos com necessidades especiais na educação física é bem complicada na sua história, a educação física no Brasil do século XIX e início do século XX, estava voltada para formar indivíduos fortes e saudáveis, deixando de lado os corpos 'doentes', gerando com isso uma forma de exclusão.

Cabe ressaltar que a Educação Física é uma disciplina obrigatória no ensino básico garantida no artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases (9394/96), onde relata no inciso § 3º “a educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar”.

A partir desse olhar histórico percebemos que Educação Física acabava excluindo e discriminando pessoas com algum tipo de deficiência que eram vistas como doentes e frágeis sendo impedidas de viver em sociedade e participar das atividades. A abordagem estatal foi criada pelo governo que tinha a finalidade de proporcionar experiências de saúde e educação para a população mais carente, o governo introduziu essa abordagem para criar corpos fortes e saudáveis para o crescimento do país.

Sabendo da história de exclusão e privativa da Educação Física escolar, o professor dos dias atuais deve intervir com métodos pedagógicos para incluir os alunos em suas práticas, como também a vida em sociedade. Para esse trabalho de inclusão há algumas abordagens e técnicas que o professor deve assumir para tornar esse processo eficiente e satisfatório para os alunos. O professor deve ter conhecimento técnico e científico sobre os tipos de deficiência, sabendo qual atividade trabalhar em relação a deficiência do aluno. Com essas atitudes o professor tornará real a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física, modificando a forma como a educação era abordada proporcionando direitos igualitários a todos. Dessa forma, o professor de Educação Física deve estar preparado e motivado para desenvolver conteúdos estimulantes e criativos, adaptando-os aos diferentes níveis de aprendizagem e limitações de seus alunos.

Com esse olhar, o professor é um gestor importantíssimo para a construção do conhecimento e desenvolvimento das mais variadas habilidades e inteligência dos alunos. O profissional da área de Educação Física deve buscar qualificar-se principalmente para enfrentar os desafios no que tange ao trabalho com alunos com deficiência. Ao buscar desenvolver práticas pedagógicas adaptadas para atender a esse

público, o profissional tende, na maioria das vezes, à utilização de meios e métodos que acabam por reforçar ou destacar as limitações das pessoas com deficiência, quando na verdade, deveria programar suas atividades de forma a atender à todos os alunos, incluindo em suas aulas, as pessoas com as mais variadas limitações, sem no entanto prejudicar o desenvolvimento dos demais.

Partindo do princípio de que o professor esteja qualificado, o ponto primordial para o desenvolvimento de seu trabalho será incluir os alunos com deficiência as noções básicas de respeito, aceitação e empatia. Dessa forma e valendo-se das variadas ferramentas adquiridas através de sua qualificação, poderá por meio das atividades aplicadas aos alunos demonstrar as possíveis dificuldades e possibilidades de desenvolvimento das pessoas com alguma limitação.

Nesse sentido, ocorre a devida ampliação dos objetivos das aulas de Educação Física com o propósito de inclusão, pois estando os alunos preparados para receber de forma natural aqueles com deficiências cria-se um ambiente onde, além de atingir os objetivos pedagógicos, favorece a formação da boa cidadania. Com isso, através do conhecimento adequado, o professor pode proporcionar uma educação social, afetiva e motora tanto para alunos com deficiência como para aluno sem nenhum tipo de deficiência diagnosticada.

Na escola, o ambiente inclusivo torna o professor a ferramenta principal de ensino, pois deve buscar trabalhar de forma que valorize e estimule a aprendizagem do indivíduo. Segundo Jesus (2002), para que a diversidade humana possa se fazer presente como um valor universal, a escola precisa assumir uma postura de construtora das igualdades, incluindo a todos nas suas diferenças, indo ao encontro de cada um e de todos os alunos, buscando quebrar em si aquilo que suscita resistência. Em concordância com isso, a escola deveria ser um lugar onde as diferenças deveriam ser expostas, não julgadas, sendo as diferenças algo simples e não complexo para o ambiente escolar.

Esse olhar perpassa a Educação Física, visto que é um campo amplo de saber e de atuação, que trabalha com diversidade de pessoas, proporcionando o processo de educar, através de aperfeiçoamento dos movimentos corporais, facilitando a interação

do indivíduo com o meio a sua volta e com as pessoas, o que contribuirá para o aperfeiçoamento pessoal e social.

Sabendo da obrigatoriedade da Educação Física e as exigências feitas de considerar a faixa etária e as condições da população, podemos perceber a preocupação em que a disciplina escolar tem com a inclusão e interação de alunos com deficiência nas aulas. Dialogando com Tonello (2007, p. s/p), observamos que

a Educação Física desempenha um papel fundamental na maneira como o indivíduo com deficiências adquire sua identidade como ser humano no contexto do grupo escolar, a partir de propostas e projetos pedagógicos institucionais. Tal identidade é adquirida à medida que os indivíduos se tornam ativamente envolvidos na prática, interagindo com seus colegas, ao mesmo tempo em que desenvolvem uma consciência corporal global.

Assim sendo, compreendemos que o professor de Educação Física deve desempenhar esforços para que suas aulas tenham um caráter inclusivo. Quando em suas classes tiver alunos com deficiência, o mesmo deve ter conhecimentos científicos a respeito dos tipos de deficiência, suas limitações e liberações para prática recreativa e desportiva. Para isso, o docente deve ter conhecimento de técnicas e oferecer aos alunos aspectos específicos da psicomotricidade, buscando a interação do educando com o meio em que vive construindo noções de espaço-temporal para construções cognitivas, intelectuais, afetivas, sociais e psicomotoras.

Desta forma, o processo de ensino/aprendizagem exige também uma aproximação social e afetiva. O não cumprimento desse dever do professor é visto como uma violação no direito dos alunos e no próprio dever do professor que assume atitudes negativas ao processo de inclusão. Portanto, é dever do professor criar um espaço favorável para o desenvolvimento de todos os alunos melhorando suas capacidades e potencialidades. Para que isso aconteça, o professor deve efetuar algumas modificações e adaptações nos exercícios e atividades planejadas, com o objetivo de assegurar que alunos com deficiência possam usufruir da igualdade de oportunidade como todos os outros. Segundo Fonseca (1995, p. 230), o professor também deve:

Avaliar as necessidades educacionais dos alunos; planificar curricularmente as sequencias de aprendizagem; utilizar métodos pedagógicos reeducativos, reabilitativos ou compensatórios, bem como técnicas e matérias didáticos apropriados ao estilo de aprendizagem das crianças; usar a informação contida nas avaliações

de outros profissionais (médicos , psicólogos, assistentes sociais, etc.);criar recursos pedagógicos, geri-los e aplica-los adequadamente; efetuar avaliações contínuas; realizar relatórios evolutivos e acumulativos.

Assim, o professor deverá aplicar seus conhecimentos e ministrar aulas que sejam possíveis que todos os alunos, com ou sem deficiência, participem das atividades propostas. É essencial que os docentes conheçam a deficiência, o que facilitará no processo de identificação para abordar a deficiência de forma mais técnica e sendo capaz de programar novas estratégias, tornará sua aula mais dinâmica e apropriada para os diversos alunos.

Ferreira (2006) ressalta o corpo como o maior instrumento na relação psicopedagógico e psicomotora por apresentarem caráter interdisciplinar. Desta forma, cabe ao professor de Educação Física atuar como mediador do conhecimento, favorecendo a compreensão e aprendizagem dos educandos, adaptando objetivos e conteúdos, utilizando estratégias, recursos materiais despertando neles interesse e motivação o que possibilitará também a efetivação dos objetivos das aulas.

A Educação Física adaptada para portadores de deficiência não se diferencia da Educação Física em seus conteúdos, mas compreende técnicas, métodos e formas de organização que podem ser aplicados ao indivíduo deficiente. É um processo de atuação docente com planejamento, visando atender às necessidades de seus educandos (BUENO e RESA, 1995, p. 24)

O docente de Educação Física deve planejar suas aulas permitindo a compreensão de seus êxitos e limites, promovendo autonomia e conquistando o domínio motor de maneira que respeite limitações e capacidades dos discentes. As atividades poderão acontecer por meio de jogos lúdicos e por esporte, podendo auxiliar no aprimoramento da personalidade do aluno. Com esse olhar, o professor deve estar motivado e fazer uso da criatividade e dos conhecimentos técnico para desenvolver conteúdos estimulantes e criativos adaptando-os aos diferentes níveis de aprendizagem e limitações de seus alunos, tornando o espaço e o tempo das aulas algo que possibilite a participação dos educandos com deficiência, buscando aniquilar com a ideia da educação física tradicional.

Assim, ressaltamos que a avaliação constante do programa de atividades possibilitará as adequações necessárias, considerando as possibilidades e capacidades

dos alunos, sempre em relação aos conteúdos e objetivos da Educação Física. Segundo Bueno e Resa (1995, p. 32), tais adequações envolvem:

Adaptação de material e sua organização na aula: tempo disponível espaço e recursos materiais; adaptação no programa: planejamento, atividades e avaliação; aplicar uma metodologia adequada à compreensão dos educandos, usando estratégias e recursos que despertem neles o interesse e a motivação, através de exemplos concretos, incentivando a expressão e criatividade; adaptações de objetivos e conteúdos: adequar os objetivos e conteúdos quando forem necessários, em função das necessidades educativas, dar prioridade a conteúdos e objetivos próprios, definindo mínimos e introduzindo novos quando for preciso.

Compreendemos que o professor de Educação Física deve fornecer a seus alunos oportunidades de movimentos adequados as suas individualidades e que as atividades propostas sejam flexíveis, possibilitando a participação de todos. Entendemos que as aulas de Educação Física para turmas onde existam alunos com deficiência devem ter alterações que possibilite a verdadeira inclusão desses alunos nas aulas, construindo um espaço propício para aquisição do melhoramento motor podendo usufruir dos benefícios da prática esportiva e recreativa, com intuito de possibilitar ao aluno autonomia e desenvolvimento motor, social e intelectual. Desta forma, havendo a preocupação em tornar as aulas um espaço de real inclusão onde todos os alunos possam se sentir a vontade, determinado e feliz, onde pessoas com e sem deficiência possam ser contemplados do mesmo direito e experiências.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo buscou analisar como são as aulas de Educação Física para pessoas com deficiência. Com toda a complexidade que tal tema apresenta e buscando recursos para melhor o entendimento da questão, tivemos a oportunidade de conhecer variados caminhos para o desenvolvimento de trabalhos voltados ao público alvo, descobrindo que esses caminhos perpassam além do ambiente acadêmico, nos levando obrigatoriamente ao encontro de profissionais de outras áreas com outras formações, propiciando ao professor de Educação Física valiosas fontes de conhecimento e crescimento. Essa interação, em prol da inclusão, denota capacidade de articulação e atitude proativa, onde todos que lidam na área de educação devem demonstrar no tocante à realidade um trabalho extremamente importante e vital para a valorização do ser humano. Toda essa interação, aliada ao contato com pais e responsáveis pelos alunos

com deficiência torna o processo de Educação Física positivamente marcante para todos.

Outra questão que suscitou amplamente o nosso debate, foi a discussão da obrigatoriedade da educação inclusiva por força da Lei, quando deveríamos ter a inclusão como um fenômeno natural, ligado primordialmente ao caráter civilizatório no que tange ao desenvolvimento social. Todavia, enquanto sociedade que caminha lentamente em direção à igualdade de direitos dos cidadãos, precisou ressaltar positivamente essas iniciativas, quer seja por Lei ou outro meio de caráter impositivo, já que isso ocorre para promover a inclusão como ferramenta de desenvolvimento e valorização pessoal e comunitário.

Estas são questões que carecem de ampla exposição e debates, envolvendo todos os setores da sociedade. Avançamos muito, nas mais variadas áreas de atendimento, assistência e temos diversas ações positivas em prol das pessoas com deficiência, embora aquém dos parâmetros considerados ideais. E diante desses avanços e pelo reconhecimento do ensino de Educação Física como ferramenta fundamental para a promoção de saúde, interação social e valorização do ser humano, onde nas mais variadas capacidades são estimuladas e executadas, a formação do profissional de Educação Física deve estar conectando com os avanços científicos e as políticas voltadas para o adequado atendimento das pessoas portadoras de deficiência.

Diante de tal perspectiva, consegue-se estimular e aprofundar debates, incentivando discussões capazes de aprimorar as ações inclusivas, principalmente nas aulas de Educação Física. Dentre alguns de nossos objetivos, com a realização deste trabalho procurou-se destacar a meta inicial, ou seja, um trabalho crítico, porém que pudesse trazer alguma luz sobre as possibilidades de solução nessa área de estudo. Sabemos que após séculos de ideais excludentes, todas as ações inclusivas ainda carecem de maior robustez e apoio de todos os setores da sociedade, mas seguindo os passos que já foram dados e procurando dar voz e vez às pessoas com deficiência, estaremos caminhando para um mundo melhor.

5 REFERÊNCIAS

ABREU, Silvia *et al.* **Educação Física escolar e a inclusão de deficientes visuais: importância e dificuldades.** Revista do Plano Nacional de Formação de Professores da

Educação Básica. Universidade Federal do Piauí, Teresina, v. 4, n. 1, p.47-51, jan. / jun. 2016.

AGUIAR, João Serapião de; DUARTE, Édison **Educação inclusiva: um estudo na área da educação física**. Rev. bras. educ. espec. [online]. 2005.

BANDEIRA, Karina. **Educação Física para deficientes: Um caminho possível**. 2017. Disponível em: www.uninassau.edu.br . Último acesso em 14 de agosto de 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. 5 ed. Brasília: Biblioteca digital da Câmara dos Deputados, 2010. Acesso em: 05/03/2018.

CARNEIRO, Rogéria. **Sobre a Integração de Alunos Portadores de Deficiência no Ensino Regular**. Revista Integração. Secretaria de Educação Especial do MEC, 1997.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 16 de agosto de 2018.

CORCINI, Maura Corcini; Eli Henn Fabris. **Inclusão e Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

DE JESUS, S C **Inclusão escolar e a educação especial**. 2005. Disponível em: <http://www.ufjf.br/>. Acesso em: 27 de julho de 2018.

EUGÊNIA, Ruth. **Educação física e inclusão: considerações para a prática pedagógica na escola, 2016** Disponível em: <http://atividadeparaeducacaoespecial.com/>>. Acesso em 14 de julho de 2018.

FIORINI, Maria Luiza Salzini ; MANZINI Eduardo José . **Dificuldades e Sucessos de Professores de Educação Física em Relação à Inclusão Escolar. 2016** Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 12 de março de 2018.

_____. **Inclusão de Alunos com Deficiência na Aula de Educação Física: Identificando Dificuldades, Ações e Conteúdos para Prover a Formação do Professor** Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 12 de março de 2018.

FONSECA, Vitor da. **Educação especial programa de estimulação precoce – uma introdução as ideias de Feurstein**. 2º ed. Porto Alegre, 1995.

MAZINI Filho Mauro Lúcio *et al.* **A importância das aulas inclusivas de Educação Física para os portadores de deficiência**. Revista digital de Buenos Aires, 2009.

NEMECEK, Suzana Loss. **Educação Física e inclusão: algumas reflexões sobre a LDBN**. Buenos Aires, 2011.

OLIVEIRA, Flavio. *et. al.* **O papel do professor de Educação Física na inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física escolar.** EFDeportes - Revista digital. Buenos Aires, 2015.

RODRIGUES, David. **A educação física perante a Educação inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas.** Boletim Sociedade Portuguesa de Educação Física, 2017.

SASSAKI, Romeu Kausma. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SCHMITT, Jessica *et.al.* **Concepção de professores de educação física em relação à qualificação e atuação junto de alunos com deficiência.** Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP. 2015. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br>. Ultimo acesso em 27 de julho de 2018.